

## PSICANÁLISE E RACISMO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

## PSYCHOANALYSIS AND RACISM: CONTEMPORARY ISSUES

*Camila de Freitas Moraes<sup>1</sup>*  
*Roseane Torres de Madeiro<sup>2</sup>*  
*Cristine Jaques Ribeiro<sup>3</sup>*

### RESUMO:

Pretende-se neste trabalho abordar aspectos conceituais sobre a questão do racismo numa intersecção com a psicanálise, que enquanto saber, se apoia na singularidade humana e aposta que o inconsciente não possui cor/raça. Porém, também acredita que tais questões envolvidas do racismo, especialmente, sobre o racismo enquanto estrutura social, é algo de suma urgência e que deve ser compreendido e discutido no âmbito psicanalítico. No entanto, é importante reconhecer que a psicanálise não é uma abordagem isenta de críticas e limitações quando se trata do tema do racismo. A diversidade de perspectivas e abordagens dentro da psicanálise permite uma reflexão contínua sobre como a teoria e a prática podem ser sensíveis e inclusivas em relação às questões raciais. Em síntese, abordar o racismo no âmbito psicanalítico é relevante para compreender as dimensões individuais e sociais desse fenômeno, reconhecendo suas implicações na subjetividade humana e trabalhando para desconstruir suas manifestações e efeitos lesivos.

**Palavras-chave:** Racismo; Psicanálise; Inconsciente; Freud.

### ABSTRACT:

This paper aims to explore conceptual aspects of racism in intersection with psychoanalysis, which, as a field of knowledge, is grounded in human singularity and posits that the unconscious has no color or race. However, it also recognizes that issues surrounding racism, particularly racism as a social structure, are of utmost urgency and must be understood and discussed within the psychoanalytic framework. It is important to acknowledge that psychoanalysis is not without its criticisms and limitations when it comes to addressing racism. The diversity of perspectives and approaches within psychoanalysis allows for ongoing reflection on how theory and practice can be sensitive and inclusive regarding racial issues. In summary, addressing racism within psychoanalysis is crucial for understanding the individual and social dimensions of this phenomenon, recognizing its implications on human subjectivity, and working to deconstruct its harmful manifestations and effects.

**Keywords:** Racism; Psychoanalysis; Unconscious; Freud.

“Não desejo suscitar convicções, o que desejo é estimular o pensamento e derrubar preconceitos” (FREUD, 1926 [1924-1925]).

<sup>1</sup>Mestra Em Política Social E Direitos Humanos E Doutoranda Em Política Social E Direitos Humanos – Ucpel; Universidade Católica De Pelotas – UCPEL. E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br; ORCID: 0000-0001-6745-4195

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: rose\_madeiro@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS; Docente no PPG em Política Social e Direitos Humanos e Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. E-mail: cristinejrib@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1660-8200

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O pano de fundo dessa tessitura textual se faz na aposta de que o inconsciente pode não tem cor/raça, mas, que cada sujeito a partir de sua experiência subjetiva venha a dor contornos a esse. Portanto, se faz de suma urgência expor, que por sua vez, o não reconhecimento do racismo no âmbito psicanalítico, seja na clínica ou na ausência de discussões e/ou publicações da temática nessa seara, podem vir a ser produtores de sofrimento psíquico ao sujeito negro. Ou seja, que é preciso se estar atento a não tão somente para a verdade singular do sujeito trazida em análise sobre tal questão. Mas, sobretudo, dos significantes dados a esse no contexto social que corroboram com o sofrimento do sujeito negro. Sendo assim, reconhecer que as questões envoltas do racismo são atravessadas pela via de afirmações e reproduções sociais de exclusão, de selvageria e da objetificação dos sujeitos negros e mais que isso, que esses atravessamentos podem vir a produzir marcas deletérias no psiquismo desses, de maneira a tornar a questão do racismo muitas vezes inaudível para o próprio campo psicanalítico. No mais, é preciso se dar voz a esses sujeitos, e assim, apostar que por meio da palavra anunciada o sujeito negro possa dar novos significantes acerca do racismo.

Dito isso, embora a questão do racismo seja comumente explorada por outros saberes, como a Sociologia, o Direito, a Teologia, e a Psicologia Social em especial. Aqui, se aposta na possibilidade de que o inconsciente não possui cor/raça diante da perspectiva psicanalítica. Compreende-se, que é somente a partir da verdade singular que atravessa o sujeito psicanalítico, que se pode pensar as questões do racismo. Isto é, pode-se inferir por exemplo, que o inconsciente freudiano opera numa clivagem da subjetividade, de maneira a não colocar as questões do sujeito da verdade, mas da verdade do sujeito. Ou seja, cada sujeito traz sua própria verdade. É da verdade singular que se trata o sujeito do inconsciente. Verdade essa, à qual é construída a partir de seus romances familiares e pelos laços sociais que se fazem, ou não. Logo, as questões raciais que atravessam o sujeito psicanalítico podem estar relacionadas com a sua verdade inconsciente e sobretudo com os significantes sociais que lhe são introjetados.

Dessa forma, as questões raciais que atravessam o sujeito psicanalítico podem estar relacionadas à sua verdade inconsciente e aos significantes sociais que lhe são internalizados. Isso significa que as experiências, influências e traumas relacionados à questão racial podem deixar marcas no inconsciente do sujeito e influenciar seu processo psíquico. Sendo assim, se faz urgente essas discussões na contemporaneidade,

tendo em vista, que no campo psicanalítico tais definições e significações ainda se encontram em processo de construção.

### **INCONSCIENTE E RACISMO ESTRUTURAL**

A dinâmica do inconsciente é um conceito basal na teoria psicanalítica desenvolvida por Sigmund Freud em 1915. O inconsciente refere-se à aos pensamentos, desejos, memórias e impulsos que estão fora da consciência imediata, mas que exercem influência significativa sobre o comportamento e as experiências humanas. Freud (1915[2004]) postulou que o inconsciente é composto por pensamentos e desejos reprimidos que foram recalçadas devido a sua natureza perturbadora ou conflituosa.

Esses conteúdos inconscientes podem emergir de várias maneiras, como nos sintomas neuróticos, nos sonhos, nos lapsos de memória e nos atos falhos. Maneiras essas, em que o sujeito encontra de dar vazão a sua dor. Logo, podemos pensar o inconsciente enquanto singular e se manifestando pela via dos desejos reprimidos aos quais causam sofrimento psíquico ao sujeito e também, por outro lado, enquanto instância psíquica que ultrapassa as questões conscientes.

Dito de outro modo, o inconsciente estaria para além da própria consciência, daquilo que não se pode representar e nem tão pouco nomear. Sendo desse modo, o inconsciente algo singular e inapreensível. Como bem explica Laplanche (1981):

O inconsciente é individual; para ser escandaloso, eu diria que ele está na cabeça de cada indivíduo. O inconsciente é essa parte de sua história subtraída não só [...] ao tecido das significações convencionais, mas subtraída também a toda intenção de comunicação [...]. Somente a metodologia inventada por Freud - e não uma metodologia pretensamente orientada para o significante -, que alia indissolivelmente livres associações e situação analítica, permite reabrir parcialmente, de um modo precário, de um modo sempre rediscutido, um inconsciente sempre prestes e pronto a se fechar de novo à comunicação, pois que esse fechamento é inerente à própria essência de sua constituição (Laplanche, 1981/1992, p.115).

Laplanche (1981) faz-nos pensar que o inconsciente é inerente à condição humana. Podendo-nos inferir a partir desse pensar, que o inconsciente não possui cor/raça. Porém, que a questão do racismo para a Psicanálise, se apresenta enquanto instrumento para se pensar sobre a verdade inconsciente do sujeito frente aos fenômenos sociais que incluem a questão da raça. Especialmente, através dos discursos que tendem a desvalorizar e desqualificar o sujeito negro. Isto é, a teoria psicanalítica de Freud e Lacan ajuda-nos a pensar o sujeito atravessado pelo racismo a partir da linguagem inconsciente versus as representações do campo social. Pois, a partir da linguagem se dá

ênfase ao representacional, cartografa-se os discursos que são produzidos e (re) produzidos na sociedade que desde a sua gênese, traz consigo padrões de afirmações, de histórias e (re) produções sobre o ideal de sujeito de imagem e do corpo, que em suma maioria é calcado no branco europeu, ficando o negro, excluído desse ‘lugar’ de padrão normativo. Desse modo, cabendo ao sujeito negro o lugar de selvageria, de mercantilização e objetificação, produzindo assim, marcas deletérias no psiquismo deste.

A teoria psicanalítica de Freud e Lacan oferece um caminho para entender como o racismo permeia o sujeito através da linguagem inconsciente e das representações sociais. A linguagem, nesse contexto, enfatiza o aspecto representacional, mapeando os discursos que são gerados e reproduzidos na sociedade. Desde suas origens, esses discursos estabelecem padrões de afirmação, narrativas e reproduções do ideal de sujeito, frequentemente baseados no modelo do branco europeu, marginalizando assim o negro e excluindo-o do padrão normativo.

Nesse aspecto, Munanga (2003) chama atenção sobre a ideologia que postula a divisão entre os corpos e raças ‘padrões’ e os ‘desiguais’ que tendem a colocar um dado corpo e raça num lugar naturalmente hierarquizado e o outro num lugar desumanizado. Para tanto, o autor define o racismo como:

Uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas (2003, p.6-7).

Postulamos, junto com outros autores, Nogueira (1998), Munanga (2003), Werneck (2009) e Perdigão (2022) ao qual nos fazem supor que as Ciências Biológicas (Genética e a Biologia Molecular, por exemplo), assim como, as Ciências Sociais (Antropologia e a Teologia, por exemplo) as quais estudam os aspectos sociais dos grupos humanos e/ou populacionais, seja pela via da classificação genética ou molecular; ou pelos grupos sociais aos quais os sujeitos são pertencentes (status social) ou pelo viés religioso. Se essas, enquanto cientificidade acerca da raça e do racismo estrutural, não tivessem posto em suas classificações padrões hierarquizados e escalas de valores morais e intelectuais entre as ditas raças, tal cientificidade teria sido inoperante com suas classificações. Porém, o contrário se foi posto, tendo em vista que, os sujeitos considerados pertencentes biologicamente, moralmente, socialmente e





intelectualmente enquanto “brancos” ou pertencentes “a raça branca”, foram estabelecidos coletivamente superiores aos “da raça negra” e “da raça amarela” em função de seus caracteres acima supracitados. Logo, a cor da pele, os cabelos, o formato do crânio, dos lábios e nariz, por exemplo, foram condições primordiais para que se pudesse pensar que todo aquele que estava na contramão do estereótipo branco/caucasiano, estivessem inaptos a realizar as mesmas atribuições sociais da “raça branca”. Ficando a “raça negra” no imaginário social o lugar de estupidez, barbárie, irracionalidade, de sujeitos a-históricos. E, portanto, abrindo espaço para as mais variadas formas de dominação, desde à escravidão até as questões contemporâneas do racismo estrutural, a qual se pode supor que permanece se mantendo a partir das relações de poder, onde por um lado está a figura do dominador/vassalo e do outro o dominado/servo (Munanga, 2003).

Trazendo ainda importantes contribuições, Nogueira (1998) argumenta que os atributos físicos associados aos negros, especialmente a cor da pele, refletem representações históricas que vinculam essas características físicas a atributos morais e intelectuais. Essas tipificações sociais posicionam o negro e o branco como extremos opostos dentro de uma rede de significados: o negro representa o distante, sendo associado ao indesejável e inaceitável, enquanto o branco é visto como o próximo, valorizado e aceito como parâmetro de auto-representação. Essa dinâmica cria uma hierarquia onde o corpo negro é objeto de afastamento e por sua vez, o corpo branco é objeto de adesão, influenciando profundamente as interações sociais e as estruturas de poder.

Por assim dizer, o significante “raça” surge como categoria social que desempenha um papel crucial nas estruturas sociais e psíquicas, influenciando as interações humanas e as dinâmicas de poder. Embora a ciência tenha rejeitado a ideia de raça como uma construção biológica válida, ela persiste como um sistema de classificação que diferencia e posiciona grupos humanos com base em características fenotípicas percebidas. Este fenômeno não se limita a uma simples categorização, mas implica em uma hierarquização que frequentemente resulta na subjugação de grupos racializados, colocando-os em desvantagem em relação aos grupos percebidos como brancos (Schucman, 2010).

O racismo, então, a partir dessa aceção é entendido como uma ideologia e um sistema de opressão baseado em preconceitos e discriminações em relação a certos grupos étnicos ou culturais. É uma ideologia e sistema de crenças que sustenta a



superioridade de certos grupos raciais em relação a outros, resultando em tratamento desigual, execrável e segregatório para aqueles considerados racialmente inferiores e portanto, tais questões não só foram balizadas no contexto colonial e imperialista, mas, como permanecem sendo mantidas na contemporaneidade, sobremaneira, na América Latina, onde em particular, o processo de colonização resultou em uma exploração intensa dos corpos negros, essencialmente, sobre o corpo das mulheres negras que foram hipersexualizados e considerados propriedades, além de, retratados como sub-humanos e animalescos (Carneiro, 2002).

Na contemporaneidade, o racismo se manifesta de várias formas, desde a violência policial até a discriminação no mercado de trabalho e nas instituições educacionais. Na América Latina, onde a herança colonial é profundamente enraizada, essas práticas racistas são ainda mais acentuadas. As mulheres negras continuam a enfrentar desigualdades sistêmicas, sendo frequentemente excluídas de oportunidades de avanço econômico e social. Elas também são mais vulneráveis à violência de gênero, que é exacerbada por fatores raciais e com isso, se quer afirmar que as questões de gênero se ligam ao racismo a fim de mortificar fundamentalmente, corpos e singularidades das mulheres negras. Justamente, por ser este ter sido um sistema de trabalho forçado e a desvalorização da vida e do corpo das mulheres negras durante a colonização e as quais deixaram marcas profundas que ainda hoje influenciam a forma como essas mulheres são tratadas e vistas na sociedade (Flauzina, 2017).

A narrativa de inferioridade racial e de gênero foi tão intensamente arraigada que as consequências são sentidas em várias esferas da vida cotidiana, desde a saúde até a educação, o emprego e o direito à cidade. Por isso, se faz ainda urgente pontuar ao que se apresenta em relação ao perfilamento policial e ao encarceramento em massa, pois frente ao sistema de justiça criminal, são os homens negros que têm como resultante, as taxas desproporcionalmente altas de encarceramento e violência policial (Almeida, 2019; Nascimento, 2020).

No contexto brasileiro, o racismo e o encarceramento em massa dos homens negros são pontos centrais para a expansão do poder do Estado na sociedade. Esse fenômeno não apenas reflete, mas também reforça o controle sociorracial, uma dinâmica que se constitui como uma das variáveis fundamentais do Estado Penal brasileiro, que se dá em um cenário marcado pela crescente barbarização da vida social, essa realidade se sustenta através de um mecanismo de gestão pela morte, conhecido como necropolítica (Mbembe, 2016).



A necropolítica se caracteriza pela organização do poder em que a morte não é apenas tolerada, mas justificada como uma medida de controle social. Nesse contexto, a morte é legitimada em nome da suposta proteção da economia e da segurança, transformando-se em um fundamento ético distorcido dessa realidade. Essa lógica da necropolítica não é nova; ela ressoa com práticas históricas de dominação colonial, agora adaptadas e perpetuadas pelos Estados contemporâneos (Mbembe, 2016; Almeida, 2019)

Os autores acima supracitados apontam que a escravização não se limita ao passado, mas tem influências profundas e persistentes na sociedade contemporânea. A aniquilação simbólica e física do corpo negro foi estabelecida sobre a dicotomia entre a suposta civilidade do homem branco europeu e a suposta barbárie do corpo negro colonizado. Essa representação negativa, estereotipada e desumanizante, enraizada na lógica colonial, continua a ecoar até os dias atuais, manifestando-se em diversas formas de poder e opressão apreendidas enquanto racismo estrutural.

Para entender melhor, afirma-se que, ainda impera a lógica da colônia, com suas práticas de exploração e controle violento, que se materializa nas políticas e práticas dos Estados contemporâneos, especialmente em países periféricos do capitalismo global como o Brasil. Ou seja, o legado colonial deixou resquícios profundos que moldam as estruturas sociais e institucionais, perpetuando desigualdades raciais e econômicas que são utilizadas como justificativa para políticas públicas punitivas, seletivas e racistas.

No Brasil, esse fenômeno é particularmente visível no sistema de justiça criminal, onde a população carcerária é predominantemente composta por indivíduos negros e pobres. A seletividade penal e o endurecimento das leis refletem não apenas um suposto combate ao crime, mas também uma estratégia de controle social que marginaliza ainda mais os grupos já vulneráveis.

Acerca da prisão, pontua-se:

Elas se caracterizam por serem incumbidas pelo Estado da sociedade burguesa da gestão dos vários momentos da formação, produção e reprodução do proletariado de fábrica; elas são um dos instrumentos essenciais da política social do Estado, política que persegue o objetivo de garantir ao capital uma força de trabalho que - por hábitos morais, saúde física, capacidades intelectuais, conformidade às regras, hábito à disciplina e à obediência etc. - possa facilmente adaptar-se ao regime de vida na fábrica em seu conjunto e produzir, assim, a quota máxima de mais-valia extraível em determinadas circunstâncias (Marx 1969 apud De Giorgi, 2017, p. 44).

O racismo atua como um mecanismo que legitima e perpetua hierarquias sociais, garantindo que certos grupos mantenham poder e privilégio sobre outros. Ou seja, não apenas molda as experiências individuais, mas também estrutura instituições e práticas sociais de maneira que favorece a desigualdade sistêmica. A violência racial, seja física ou simbólica, é um instrumento de controle social, utilizado para reforçar essas hierarquias e suprimir resistências. No contexto contemporâneo, as tecnologias de vigilância e controle muitas vezes perpetuam essas formas de violência, direcionando-se desproporcionalmente contra populações racializadas. Por exemplo, sistemas de reconhecimento facial e práticas de policiamento preditivo frequentemente têm vieses que resultam em uma maior criminalização de pessoas negras.

Além disso, as condições socioeconômicas resultantes da colonização criaram barreiras persistentes ao acesso a recursos e oportunidades para as populações racializadas. A segregação residencial, por exemplo, continua a ser um problema significativo, exacerbando as disparidades no acesso à educação de qualidade, serviços de saúde e emprego. As mulheres negras, em particular, enfrentam a interseção de múltiplas formas de discriminação, tornando ainda mais difícil a superação dessas barreiras.

Neste cenário, é que Foucault traz à tona a noção de relações de poder, a qual tende a se manifestar através da política, do sistema religioso, sistema jurídico, pela cultura, economia e pela própria cientificidade. Ou seja, o seio sociocultural a partir de subsistemas apresenta suas mais variadas formas de dominação, classificação e assujeição das raças e dos corpos. Logo, tendo como referência a teoria foucaultiana, pode-se inferir, que o racismo em essência é uma construção social, ou seja, o racismo estrutural nada mais é, do que a maneira em que a sociedade encontra de se apropriar, reproduzir, manter e recriar privilégios e disparidades entre os sujeitos. Isto é, o âmbito social tende a perpetuar as mais variadas formas de discriminação e exclusão a partir da lógica racial (Foucault ([1973-1974] 2006).

Foucault ([1973-1974] 2006) nos convida a analisar como o poder se inscreve nas práticas cotidianas e institucionais, moldando não apenas as relações interpessoais, mas também as estruturas sociais e políticas. O racismo, nesse sentido, não é apenas um conjunto de atitudes individuais, mas um sistema de pensamento e práticas que sustenta e perpetua hierarquias raciais. Ele se manifesta na forma como as instituições funcionam, como as políticas públicas são formuladas e implementadas, e como as normas culturais são estabelecidas.





Diante do acima exposto e fazendo um paralelo com os conceitos psicanalíticos de Freud e Lacan, e tendo as manifestações do inconsciente como aporte principal, a saber, as marcas subjetivas no psiquismo do sujeito negro a partir das marcas sociais que lhe são atribuídas. Se faz uma questão: o inconsciente não tem cor/raça? Em caso afirmativo, podemos pensar, que se o inconsciente não tem cor/raça, porque o racismo estrutural ainda é algo inaudível para o saber psicanalítico?

A resposta pode residir na complexidade das interações entre o psiquismo individual e as estruturas sociais que moldam experiências e identidades raciais, uma vez que, o racismo estrutural, ao ser internalizado e reproduzido socialmente, pode influenciar profundamente a formação do psiquismo individual, moldando percepções de si mesmo e dos outros de maneiras que não são plenamente acessíveis à consciência. Essa dinâmica complexa pode tornar o racismo estrutural "inaudível" para o saber psicanalítico tradicional, que historicamente enfatiza processos intrapsíquicos e inconscientes universais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se faz de suma importância na seara psicanalítica compreender que o racismo estrutural é inerente ao imaginário social, especialmente, no Brasil, onde o final do processo histórico escravocrata/ escravização se deu mais tardiamente. Processo este, que foi construindo e reconstruindo estereotipização e preconceitos em relação ao sujeito negro, e ao qual se mantém a partir das relações de poder manifestas no social/cultural e que tendem a pôr esse sujeito como legatário de exploração, submissão e coisificação na contemporaneidade. Cabendo a psicanálise enquanto saber, e aos analistas, seja na clínica privada, no trabalho institucional e nas discussões acadêmicas darem mais atenção a tais questões, para que o racismo estrutural possa vir a deixar de ser inaudível no campo psicanalítico, tendo em vista, que por justamente o inconsciente não ser possuidor de uma cor/raça que é preciso que se fale, é preciso que o sujeito negro nomeie e assim, dar um novo sentido as marcas deletérias que adoecem o psiquismo.

Ou seja, além disso, a formação dos psicanalistas deve incluir uma reflexão crítica sobre a história do racismo e suas implicações coloniais que se reapresentam na contemporaneidade. Essa formação deve abordar como as estruturas de poder racistas influenciam não apenas a sociedade em geral, mas também o campo psicanalítico e as relações terapêuticas. A desconstrução de preconceitos inconscientes nos profissionais

de saúde mental, sendo esses, passos fundamentais para criar um ambiente terapêutico mais justo, ético, antirracista e acolhedor.

Na prática institucional, é necessário implementar políticas que combatam a discriminação racial, garantindo que os serviços de saúde mental sejam acessíveis e sensíveis às necessidades da população negra. As instituições devem promover programas de educação continuada sobre racismo e saúde mental, além de oferecer suporte adequado para os profissionais que lidam com essas questões.

No âmbito das discussões acadêmicas, é vital que o racismo estrutural seja um tema central de pesquisa e debate. Estudos que investiguem as interseções entre racismo, subjetividade e saúde mental são essenciais para desenvolver intervenções terapêuticas mais apropriadas e eficazes. A inclusão de vozes e perspectivas negras na produção de conhecimento psicanalítico enriquecerá o campo e promoverá uma compreensão abrangente da psique humana.

Por fim, é importante que a psicanálise enquanto saber, não apenas escute, mas também dizibilize as vozes dos sujeitos negros, permitindo que suas experiências e saberes contribuam para a transformação do campo. A luta contra o racismo estrutural na psicanálise é parte de um esforço maior para promover a justiça social e a equidade, reconhecendo que a saúde mental está intrinsecamente ligada às condições sociais e políticas do seu tempo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural** São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Sexualidade e preconceito. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.** [online]. v. 3, n. 3, 2000.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017. Disponível em: [https://cddh.org.br/assets/docs/2006\\_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf](https://cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf). Acessado em: 10 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. (1973-1974) **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREUD, Sigmund. **Inibição, Sintoma e Angústia**. In: FREUD, Sigmund. Um estudo autobiográfico, Inibição, Sintoma e Angústia, Análise Leiga e outros trabalhos. ESB Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1977, pp.107-201.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

LAPLANCHE, Jean. (1981/1992). **O inconsciente e o id**. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMEBE, Achille. Necropolítica. **Arte e ensaios**, n. 32, p. 123-152, Rio de Janeiro: UFRJ, dez., 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Palestra: Uma Abordagem Conceitual Das Noções De Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 3. Rio de Janeiro. 2003.

NASCIMENTO; Wanderson Flor do. **Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Revista **Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X2010000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2010000100005). Acessado em: 04 de junho de 2024.

WERNECK, Jurema. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll e ActionAid, 2009. p. 111-136.

